



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0000597-90.2018.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**  
 Requerente: **Vilson Barboza de Souza**  
 Requerido: **ZURICK MINAS BRASIL SEGUROS S.A.**

Juiz de Direito: Dr. **DANIEL FELIPE SCHERER BORBOREMA**

**Dispensado o relatório. Decido.**

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas, observando-se que a ré não poderá alegar cerceamento de defesa, porque (a) instada a especificar provas pela decisão de pág. 109, requereu de modo expresse o julgamento antecipado, págs. 113/114 (b) citada, conforme pág. 128, a manifestar-se sobre a emenda à inicial de pág. 127, novamente postulou o julgamento antecipado da lide, confirmam-se págs. 131/133.

A preliminar de ausência de interesse processual confunde-se com o mérito.

A preliminar de incompetência do juizado especial cível fica repelida, porquanto a presente causa dispensa a prova pericial e reveste-se de menor complexidade, sendo este juízo

**0000597-90.2018.8.26.0566 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

competente nos termos do art. 3º, I da Lei nº 9.099/95.

Ingressando no mérito, trata-se de ação em que o autor (cf. emenda de pág. 127) objetiva a condenação da seguradora-ré ao pagamento da indenização no limite máximo da apólice de garantia estendida, de R\$ 399,00. Sustenta que adquiriu DVD Player Automotivo das Casas Bahia, mas referido bem apresentou defeito na vigência da garantia estendida. Levado à assistência técnica, não foi satisfatoriamente consertado. Novamente levado para conserto, a ré negou cobertura sob a infundada alegação de que pessoa não autorizada teria aberto o aparelho e o manuseado, possivelmente assistência técnica não autorizada. A alegação, diz o autor, é infundada.

Sustenta a ré, por sua vez, que o autor perdeu a garantia estendida pois levou o produto para reparo em assistência não autorizada.

Procede em parte a ação.

A decisão de pág. 109 inverteu o ônus probatório com fulcro no art. 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor, de maneira que incumbia à ré comprovar o suporte fático que justificaria a exclusão da cobertura contratual no presente caso.

A ré não se desincumbiu do ônus probatório que lhe foi atribuído.

Alega que o DVD Player Automotivo foi levado pelo autor a conserto em assistência técnica não autorizada, entretanto não produziu prova.

Temos nos autos apenas registros unilaterais, às págs. 98/102, não respaldados por qualquer elemento probatório.

Sequer o laudo técnico que teria sido produzido, foi apresentado pela ré.

Consequentemente, haverá de suportar as consequências advindas de não ter apresentado a prova que lhe cabia.

O autor postula o pagamento, pela ré, de R\$ 399,00.

Todavia o seguro, na impossibilidade de reparo, garante a devolução do valor constante do documento fiscal (pág. 63: "cobertura reparo"), sendo os R\$ 399,00 apenas o teto,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

não um valor fixo. Na hipótese dos autos o autor pagou R\$ 359,00 pelo produto (fl. 3). Esse o valor, pois, a ser pago pela ré.

Julgo procedente em parte a ação e condeno a ré Zurich Minas Brasil Seguros S/A a pagar ao autor Vilson Barboza de Souza a quantia de R\$ 359,00, com atualização monetária pela Tabela do TJSP desde 02.04.2015, e juros moratórios de 1% ao mês desde a citação.

Sem verbas sucumbenciais, no juizado, no primeiro grau.

P.I.

São Carlos, 09 de julho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**